POLÍTICA, CLIENTELISMO E COMPORTAMENTO LEGISLATIVO: A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO E AS "MELHORIAS URBANAS" (1977-1982)

POLICY, CLIENTELISM, AND LEGISLATIVE BEHAVIOR: SÃO GONÇALO TOWN COUNCIL AND THE "URBAN IMPROVEMENTS" (1977-1982)

Stanley Plácido da Rosa Silva*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o fenômeno do clientelismo no âmbito municipal. Para isso, após a discussão do conceito, estudamos a dinâmica do legislativo de São Gonçalo, município localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho dos vereadores foi aferido por meio das atas das sessões da Câmara Municipal e também pelas proposições apresentadas à Mesa Diretora. O resultado da pesquisa indica que o padrão clientelista era a lógica predominante entre os vereadores do período, os quais adotavam, em sua maioria, um perfil localista durante a vigência de seus mandatos; não obstante, a filiação partidária, ao menos nos políticos em questão, demonstrou ter pouca ou nenhuma influência sobre a atuação dos parlamentares estudados.

Palavras-Chave: São Gonçalo (município), Clientelismo, Câmara de vereadores, comportamento legislativo, poder local.

Abstract: This paper aims to analyze the phenomenon of political clientelism in the local perspective of São Gonçalo, a city inside the metropolitan area of Rio de Janeiro state. After discussing clientelism as a concept, we study the dynamics of legislative behavior in São Gonçalo, investigating City Council meeting minutes and proposals presented to its presiding board. This research results indicate clientelism as a behavioral pattern spread among council members being studied. These councilmen performed as localist politicians during their terms; party affiliation demonstrated little or no influence over their parliamentary activities.

Keywords: São Gonçalo (town), clientelism, city council, legislative behavior; local power.

* Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Executivo Público do Arquivo Público do Estado de São Paulo. E-mail: stanleyplacido@hotmail.com

Sobre o clientelismo

O termo clientelismo é descrito pelo dicionário como "prática eleitoreira de privilegiar um conjunto de indivíduos em troca de seus votos" (HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 163). No entanto, apesar da aparente facilidade em classificá-lo, seu uso enquanto conceito analítico varia de acordo com o tipo de pesquisa e com o objeto de estudo do pesquisador e um dos equívocos seria a confusão estabelecida entre clientelismo e coronelismo.

Buscando uma definição mais precisa para os conceitos de mandonismo, coronelismo e clientelismo, José M. de Carvalho (1997) argumenta que o coronelismo seria diferente do clientelismo pelo fato do primeiro ter tido sua ascensão e queda enquanto sistema político durante a Primeira República. Sua existência seria condicionada à conjuntura da época, a qual conjugava um federalismo exacerbado com a decadência econômica dos grandes fazendeiros. Por outro lado, o clientelismo não seria datado, tendo perpassado a história política brasileira desde o período imperial até os dias atuais.

O uso do termo em pesquisas acadêmicas restringe-se, de maneira geral, a três tipos: as relações existentes entre políticos ou ocupantes de cargos públicos e apadrinhados, políticos ou não; a relação entre políticos que ocupam cargos diferentes na esfera política, como governadores e deputados, prefeitos e vereadores, governadores e prefeitos e, finalmente, a relação entre políticos e eleitores, especialmente os habitantes de seu reduto eleitoral. Não obstante, neste último caso, as atenções se voltam, prioritariamente, para os políticos do Poder Legislativo em detrimento dos ocupantes de cargos executivos.

Como exemplo do primeiro uso, temos o estudo de José M. de Carvalho (2000) sobre as correspondências de Rui Barbosa, nas quais os missivistas pediam empregos, licenças e aposentadorias, valendo-se de laços políticos, comerciais, familiares ou mesmo fraternais com o Ministro que, mesmo a contragosto, se via forçado a atender aos pedidos, numa espécie de luta pela sobrevivência política numa conjuntura em que o não atendimento de tais pleitos era mais um defeito do que uma virtude.

Partindo de outra perspectiva, Bezerra (1999) analisa o relacionamento dos deputados com as suas "bases" eleitorais, quais sejam: prefeitos e vereadores nos municípios em que obtiveram boa votação. Analisando a participação dos deputados nas Comissões de Orçamento, o autor procura esmiuçar quais os critérios e o porquê da Comissão exercer tantos atrativos sobre os deputados federais. A conclusão a que chega é de que os deputados assim o fazem para não perderem o apoio em seus redutos, que esperam deles o máximo de recursos para a sua região. Se assim não o fizerem, os deputados temem que venham a perder o apoio desses políticos, tão importantes nas campanhas futuras, além de perder, indiretamente, o apoio da população que os elegeu.

No concernente à relação legislativo-eleitorado, temos o estudo empreendido por Nelson Carvalho (2003), onde o autor, questionando o senso comum de que todos os deputados adotavam políticas "paroquiais", procura mapear a atuação desses deputados, para identificar qual seria o perfil do deputado clientelista. Na análise do autor, o congresso seria formado tanto por políticos clientelistas, como por políticos com atuação mais "universalizante" – aqui entendida como a identificação de temas mais amplos, de destaque nacional, em detrimento de uma atuação mais regional – numa proporção quase que paritária.

Ainda segundo Nelson Carvalho, o que diferenciaria esses deputados seria o perfil de votação obtido, ou seja, deputados com votação concentrada em áreas específicas teriam uma atuação mais paroquial, ao passo que deputados com votação dispersa teriam atuação baseada na tomada de posição, isto é, discursos sobre saúde, educação ou política. Dessa forma, conseguiriam se destacar frente a um eleitorado disperso. Logo, a conclusão a que chega o autor é a de que a atuação clientelista estaria diretamente relacionada com o perfil eleitoral do candidato, ocorrendo variações para mais, quando político filiado a partidos de direita, e para menos, quando filiado à esquerda.[1]

Descendo na esfera do poder, temos o trabalho realizado por Kuschnir (2001), no qual acompanha a trajetória de dois políticos fluminenses – o pai, deputado estadual, e a filha, vereadora no município do Rio de Janeiro – e procura detalhar como era a atuação dessa família e sua relação com o eleitorado. A autora percebe que a relação entre o político e seus eleitores é baseada na construção de uma memória em torno de seus atos, os quais o colocam quase como um salvador da "comunidade", haja vista seu desprendimento ao ajudá-la.

Em relação à vereadora, a autora percebe que a relação clientelista ocorre através dos "acessos" que pai e filha detêm nos órgãos públicos, utilizando-os para atender aos pedidos dos moradores de seu reduto eleitoral. O atendimento às diversas solicitações, situando a vereadora como uma intermediadora de recursos, seria o que mais renderia votos junto à população. O atendimento aos pedidos, especialmente de seus eleitores, seria a chave para a sobrevivência política.

Uma questão que atravessa os estudos sobre o clientelismo seria a sua reciprocidade. Longe de ser uma imposição das classes dominantes como forma de se perpetuar no poder, como assinala Lopes (2007) em sua análise sobre o clientelismo na zona oeste do município do Rio de Janeiro, o que se percebe é a existência de uma espécie de "mão dupla" nas relações clientelistas.

[1] O autor adotou a seguinte tipologia na definição quanto á divisão dos partidos: PDT, PT, PSB, PC do B e PV (esquerda) e PMDB, PSDBPFL, PPB e PTB (direita). Cabe assinalar que a pesquisa foi feita com base nas Câmaras dos deputados eleitas para os mandatos de 1994 e 1998.

Nesse sentido, Bezerra (1999, pp. 11-64) assinala que os deputados federais atuavam como "despachantes" de seus eleitores, "vereadores federais", lutando por emendas ao orçamento, justamente por temer a perda de apoio junto às bases. Logo, sua atuação em temas não tão importantes para a nação se daria quase que sob "coação", ante o medo de frustrar correligionários e eleitores.

Em estudo sobre a máquina política implantada pelo governador Chagas Freitas no Rio de Janeiro, Diniz (1982) constata que não só os deputados cariocas do período (1970-1982) eram os responsáveis pela perpetuação do clientelismo enquanto prática política, mas também os próprios eleitores, na medida em que esses apoiariam e reforçariam os vínculos com as diversas lideranças políticas. O atendimento às demandas tornar-se-ia, portanto, um meio de sobrevivência política num contexto em que se elege o político e se espera dele um tratamento privilegiado em detrimento dos demais. (p. 134)

Tendo como base o desafio de compreender o clientelismo no bojo do capitalismo brasileiro e de nosso sistema político, Farias (2000) argumenta ser um grande erro conceitual opor clientelismo e democracia liberal. Segundo o autor, o clientelismo, ao contrário do coronelismo, seria intrínseco a esse regime político, já que no contexto do capitalismo atual, o voto também seria uma mercadoria.

Sendo assim no âmbito da democracia liberal, o voto – direito pleno e exercido livremente pelo eleitor – também poderia (e por que não?) ser negociado com os políticos.[2] Diante do descrédito em que vive a classe política, o eleitor, desiludido com os sucessivos escândalos ou mesmo diante da constatação de que o objetivo dos ocupantes de cargos públicos passa longe de ser o de zelar pela *res publica*, pode muito bem optar por efetuar um cálculo utilitário e "dar" o seu voto àquele que melhor defender seus interesses.

As eleições municipais de 1976

A legislatura que teve início em 1977, sob o governo do prefeito Jayme Campos[3], marca o fim da "Era Lavoura", período da história política

[2] Ao discutir o conceito de clientelismo, Lopes (2007, p. 18) afirma que este transforma o voto do cidadão em moeda de troca. Segundo o autor, "O direito anteriormente adquirido [voto] torna-se uma mera forma de pagamento ao 'favor' concedido pelo político". Embora Lopes identifique corretamente o voto enquanto moeda de troca, ele acaba desconsiderando o cálculo utilitário existente entre as partes, pois o voto dado não é a retribuição a um favor, mas a recompensa pelo serviço prestado entendido como obrigação não do Estado, mas do político eleito para representar determinada localidade. Dito de outra forma, o eleitor "cobra" do político a solução de seus problemas mais imediatos e o político, ao fazê-lo, torna-se merecedor do "pagamento" ou "gratidão" pelo serviço prestado, pela eficiência em atender a contento as demandas de seu reduto eleitoral.

[3] Eleito vereador em 1962, Jayme Campos se elegeu depois deputado estadual três vezes

local no qual Joaquim Lavoura[4] e seu grupo político foram predominantes. Os resultados das eleições de 1976 para a Câmara Municipal de São Gonçalo (CMSG) não deixam dúvida quanto à queda nos resultados da ARENA, partido ao qual Lavoura se filiou após a implantação do bipartidarismo[5] no município.

Tabela 1

Resultado das eleições para vereador em São Gonçalo 1972 – 1976

Ano	1972	%	1976	%
MDB	42.120	45,9	71.650	52,3
ARENA	49.625	54,1	65.236	47,7
Total	91745	100	136886	100

Nota. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro

O crescimento do MDB em 6,4% lhe valeu a maioria na CMSG, contando com 11 vereadores contra apenas 10 da ARENA, outrora maioria na Casa. A vitória do MDB em São Gonçalo veio apenas confirmar um fato nacional: o MDB, apesar de ser um partido multifacetado, devido à amplitude de visões ideológicas de seus membros, obrigados a optar entre ser governo ou oposição, crescia fortemente em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2000). Com São Gonçalo não seria diferente.

consecutivas,em 1966, 1970 e 1974, sendo eleito, em 1976, prefeito de São Gonçalo/RJ com o total de 39,491 votos válidos. Seu mandato foi marcado por denúncias de corrupção e o prefeito chegou a ficar afastado do cargo no período de abril de 1980 a setembro de 1981. Dentre suas marcas registradas, ficou famoso o programa urbanístico "Sábado é dia de Inauguração", por meio do qual Jayme Campos inaugurou ao menos uma obra durante 146 sábados ininterruptos entre os anos de 1977 e 1980. Cf. SILVA (2008).

[4] Joaquim Lavoura: político histórico do município de São Gonçalo/RJ, começou sua vida política no PDC, sendo eleito vereador duas vezes por esse partido. Em 1954, candidata-se e é eleito prefeito do município, inaugurando o que posteriormente seria conhecido como "lavourismo". Nos intervalos de seus mandatos no cargo Executivo – a reeleição para os cargos executivos era proibida na época – elegeu seus sucessores: Geremias Fontes, em 1958, e Osmar Leitão Rosa, em 1966. Foi prefeito por três vezes, nos períodos de 1955-1959, 1963-1967 e 1973-1975. Seu mandato foi interrompido por ocasião de sua morte, em 12 de novembro de 1975, quando assume a Prefeitura seu vice-prefeito, Zeyr de Souza Porto (SILVA, 1996, pp. 74-76).

[5] Em 1965, foi promulgado o Ato Institucional nº. 2 (AI-2) que, entre outras coisas, extinguiu os partidos existentes, substituindo-os por apenas dois: a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), vinculada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agregando os outros setores políticos existentes.

Tabela 2
Vereadores eleitos para a CMSG em 1976

Vereador	Votação	Partido
Célio Magalhães Lessa	3.714	MDB
Nazareno Veiga Nocchi	3.576	MDB
Adeni Morais Antunes	2.460	MDB
Gildo José de Araújo	2.459	MDB
Oton José São Paio de Menezes	2.437	ARENA
Hilton da Silveira Couto	2.426	MDB
Oswaldo Mourão	2.349	MDB
Antônio da Costa Saraiva Netto	2.253	ARENA
Francisco Onofre de Freitas	2.170	ARENA
Arismar Dias	2.082	ARENA
Jair Alves	2.078	MDB
Lauro da Cunha Lopes	2.075	MDB
Ivanir Cortes da Silveira	2.050	MDB
Luiz Carlos Gomes de Souza	2.034	MDB
Jorge José de Carvalho	1.911	MDB
Francisco Pinna de Oliveira	1.836	ARENA
Ely Aboud	1.823	ARENA
Eliezer Correa de Souza	1.706	ARENA
Agenor José da Silva	1.655	ARENA
Lourival José Rangel	1.650	ARENA
Antônio Lopes Raposo	1.637	ARENA

Nota. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro

Dos vereadores eleitos, nove deles - cinco pelo MDB e quatro pela ARENA[6]- tinham vencido o pleito para vereador em 1972 e se reelegeram em 1976. Sendo assim, a Câmara de são Gonçalo/RJ obteve uma renovação, considerando-se as duas bancadas como um todo, de 57,1% em relação à eleição anterior. Quanto à maioria conquistada pelo MDB, esta se insere, também, no chamado voto de protesto, isto é, os eleitores teriam votado contra a ARENA em represália à política nacional, o que, de certa forma, melhorou a votação dos candidatos do MDB.[7]

[6] Foram reeleitos os vereadores Adeni Morais Antunes, Hilton da Silveira Couto, Ivanir Cortes da Silveira, Luiz Carlos Gomes de Souza e Oswaldo Mourão pelo MDB e Antônio da Costa Saraiva Netto, Agenor José da Silva, Ely Aboud e Francisco Pinna de Oliveira pela ARENA. Cf. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

[7] O MDB conseguiu eleger a maioria em 72% dos municípios brasileiros com mais de 20.000 eleitores (SOARES, 1988, p. 99).

No Brasil, cada candidato realiza sua campanha de maneira quase independente do diretório do partido, resultando numa evidente personificação da campanha eleitoral. (NICOLAU, 2002, pp. 223-224) Entendemos que um crescimento ou diminuição dos votos de legenda de um partido pode ser um indicativo sobre a capacidade de arregimentação ideológica deste nas eleições. Para buscar uma comprovação ou não desse fato, decidimos apurar o grau de voto ideológico do eleitorado gonçalense, expresso essencialmente no voto de legenda.

Tabela 3

Votação obtida pelas legendas partidárias de São Gonçalo/RJ nas eleições de 1972 e 1976

Ano	1972	% dos votos do Partido	1976	% dos votos do Partido
MDB	2.765	6,5	8.496	11,7
ARENA	2.051	4,1	2.424	3,7

Nota. Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro

Em termos absolutos, ambos os partidos aumentaram suas votações de legenda. Entretanto, se comparados proporcionalmente, veremos que o MDB quase dobrou sua votação em termos proporcionais, saltando de 6,5% para 11,7%[8], como verificaremos também uma quase estagnação arenista em termos absolutos e, mais que isso, um decréscimo de sua votação legenda.

Logo, aliado aos resultados gerais dos partidos e dos vereadores, com uma inversão da maioria da Câmara, percebemos que, de certa forma, o aumento da votação do MDB, tanto no total dos votos como nos votos de legenda, são um indício convincente de que a ARENA gonçalense estava pagando pelos seus erros e pelos erros do governo federal.

O perfil político das lideranças legislativas

Iniciados os trabalhos legislativos, o MDB, maioria na Casa, ocupou os principais postos da Mesa Executiva. Fazendo funcionar o sistema da proporcionalidade, o partido conquistou a Presidência e a Vice-Presidência da Câmara e a eleição de dois membros de cada comissão permanente da

[8] Para se ter uma idéia da expressividade do resultado, o PT, campeão do voto de legenda entre os partidos atuais, obteve, nas eleições legislativas de 2002, 15% de votantes em sua legenda (NICOLAU, 2004, p. 702).

casa, compostas por três membros.[9] Dividida em apenas dois partidos políticos, a CMSG dividia-se em governo e oposição. Portanto, o partido da maioria (MDB) não precisava barganhar cargos ou vantagens para a aprovação de matérias de seu interesse, o que fez com que a rotina parlamentar se desse sob relativa tranqüilidade no que concerne à aprovação dos projetos de interesse do governo, pelo menos até o conturbado afastamento do prefeito Jayme Campos da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG).

A oposição entre ARENA e MDB se dava mais no campo formal do que no campo prático, haja vista as duas agremiações serem constituídas por políticos outrora antagônicos. Diante da imposição do bipartidarismo, foram obrigados a optar entre um ou outro partido, levando em consideração – na maioria das vezes – mais o espaço político a ser conquistado na legenda do que, efetivamente, a linha ideológica defendida pelo partido. Expressão desse fato eram as candidaturas aos cargos majoritários que permitiam até três sublegendas, demonstrando que elas eram muito mais individuais que partidárias.

Dentre os vereadores da ARENA, destacavam-se os vereadores Arismar Dias, Antônio Raposo e Oton São Paio, sempre discutindo as matérias e ocupando, com freqüência, a tribuna para exporem suas opiniões sobre as matérias votadas na CMSG.

O vereador Arismar Dias, que mais tarde viria a ser prefeito quando do afastamento de Jayme Campos, foi o oposicionista mais atuante no período de 1977 a 1980. Pautando sua atuação na fiscalização das ações do Executivo, veio de uma votação de 1265 votos em 1972, o que o qualificou como 4º suplente da ARENA para 2082 votos, sendo o 4º vereador mais votado em 1976.[10]

A justificativa para as poucas proposições apresentadas, além do interstício em que foi prefeito, seria o seu entendimento de que a função do vereador é muito mais que atender demandas específicas. Segundo Arismar Dias, "O vereador... aqui em São Gonçalo ainda tem muito disso, porque na cabeça dele, ele pensa que a função dele é fazer obra. Não é. A função dele não é fazer obra. A função dele, principal, é fiscalizar o Executivo." (DIAS, 2007)

Quanto ao vereador Antônio Raposo, atuava nos debates da Câmara como representante dos bairros de Colubandê, Tribobó e adjacências (SÃO

[9] A composição da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes foi a seguinte: Presidente: Gildo José de Araújo (MDB); Vice-Presidente: Jair Alves (MDB); 1º Secretário: Antônio Lopes Raposo (ARENA); 2º Secretário: Arismar Dias (ARENA). Quanto às Comissões Permanentes, estas foram compostas pelos seguintes vereadores: 1) Comissão de Justiça: Lauro da Cunha Lopes (MDB), Jair Alves (MDB) e Ely Aboud (ARENA); 2) Comissão de Finanças: Célio Magalhães Lessa (MDB); Luiz Carlos de Souza (MDB) e Arismar Dias (ARENA); 3) Comissão de Obras e Serviços Públicos: Nazareno Veiga Nocchi (MDB); Oswaldo Mourão (MDB) e Francisco Onofre de Freitas (ARENA). (SÃO GONÇALO, Ata, 1977).

[10] Se fossemos delimitar seu reduto eleitoral baseado em suas proposições, este seria o 1º distrito, pois as 07 por ele apresentadas por ele nos anos de 1977 e 1978 tinham como beneficiária essa região do município. Cf. Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo.

GONÇALO, Atas, 1977; 1978)[11], tendo sido eleito provavelmente com os votos de seus habitantes, além do apoio das Igrejas da Assembléia de Deus de São Gonçalo, que o vereador fez questão de frisar em discurso proferido no dia da posse dos vereadores eleitos, onde cita a "[...] ajuda substancial e decisiva, por mim recebida de parte de todas as Igrejas Assembléias de Deus nesse querido São Gonçalo." (SÃO GONÇALO, Ata, 1977)

Por outro lado, Oton São Paio, além de oposição ao governo, apresentava uma atuação voltada para o campo da cultura (SILVA, 1987, p. 9-19) e, principalmente, para a educação, não tendo, dessa forma, um reduto eleitoral específico.[12] Tendo sido secretário de educação de Zeyr Porto, tinha boa penetração junto ao professorado gonçalense e esforçava-se para garantir o apoio dessa categoria profissional.

Em relação à bancada emedebista, a novidade residia no fato dela ter se tornado maioria, haja vista a hegemonia do grupo "lavourista" ao longo das legislaturas anteriores. O partido dividia-se quanto à vinculação direta junto ao prefeito Jayme Campos. Não obstante, a leitura das atas desse período legislativo indica como vereadores mais atuantes do MDB os vereadores Nazareno Nocchi, Lauro Cunha, Adeni Moraes, Oswaldo Mourão e o presidente da CMSG no biênio 1977-1978, Gildo Araújo.

Nazareno Nocchi foi o 2º vereador mais votado pelo MDB, com 3.576 votos, atrás apenas do fenômeno eleitoral Célio Lessa que em sua 1ª candidatura foi o vereador mais votado do município. Pautando sua atuação como interlocutor do prefeito na CMSG, suas indicações tinham como alvo principal o 1º distrito do município,[13] sendo que sua popularidade foi obtida principalmente devido a sua atuação como representante de Jayme Campos. Em 21 de fevereiro de 1979, foi substituído pelo seu suplente, Augusto Lisboa, por ocasião de sua eleição para a ALERJ. (SÃO GONÇALO, Ata, 1979)

Quanto ao vereador Lauro Cunha, fora 2º suplente do MDB na legislatura de 1972 e tornou-se, em 1976, o 8º mais votado do partido. As intervenções que fazia no debate legislativo eram, em sua maioria, para agradecer ou defender o prefeito. Tinha como área de atuação o 5º distrito do município, beneficiário de mais da metade de seus requerimentos e indicações. (SÃO GONÇALO, Atas, 1977; 1978; 1979; 1980; 1982)

Outro vereador atuante na CMSG foi Adeni Morais, reeleito em 1976 com um aumento de 61,9% de votos em relação ao pleito de 1972,

[11] Em relação aos seus requerimentos, mais de 67 % deles tinham como eventuais beneficiários os bairros acima transcritos, situados no 1º distrito do município.

[12] Das 6 proposições do vereador solicitando melhorias, 2 eram para o 1º distrito, 1 para o 1º e o 2º, 1 atendendo o 1º, 2º, 3º e 4º distritos, 2 para o 4º distrito e 1 para todas as escolas e templos religiosos do município. Cf. Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo.

[13] Mais de 60% de suas indicações/requerimentos tinham como região beneficiária o 1º distrito de São Gonçalo. Cf. Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo.

sendo, portanto, entre os reeleitos, o que teve maior incremento proporcional em sua votação dentro do MDB. Talvez devido a esse fato, Morais foi o escolhido para liderar a bancada governista no início do mandato.

Também reeleito, o vereador Oswaldo Mourão teve o incremento eleitoral de 33,7% em relação ao pleito anterior. No que se refere a sua atuação, era o que reunia duas características que os demais não possuíam: apresentava uma quantidade significativa de proposições de caráter urbanístico, centralizando sua atuação no 1º e no 4º distrito e, também, possuía razoável inserção junto aos metalúrgicos do município. (SÃO GONÇALO, Atas, 1977, 1979, 1981; MOURÃO; 1978)

Por fim, temos o vereador Gildo Araújo. Eleito com 2469 votos e tendo declarado sua inserção entre o eleitorado evangélico, foi empossado, dia 1º de fevereiro de 1977, presidente da CMSG. Inicialmente aliado de Jayme Campos, embora se tenha dito que o prefeito não era a favor de seu nome para a presidência, foi opositor do prefeito, novamente seu defensor, aliado e posteriormente adversário político de Arismar Dias. Foi um dos defensores de cassação de Jayme Campos e, posteriormente, defensor de sua volta à Prefeitura. (SÃO GONÇALO, Atas, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981)[14]

Assim, vemos que as lideranças políticas da Câmara tinham perfis políticos diferentes entre si, contando com apoio de grupos distintos como professores, metalúrgicos e evangélicos e também com o apoio de moradores de seus redutos eleitorais. Todavia, uma análise da atividade dos vereadores na CMSG nos ajudará a perceber os pontos de convergência e divergência existentes entre os parlamentares.

A atividade parlamentar dos vereadores gonçalenses

O regime militar, em seu caráter autoritário, retirou boa parte das atribuições dos municípios no que tange à capacidade de legislar sobre os assuntos citadinos. Dessa forma, dentre as poucas atribuições que restaram, o Executivo Municipal tornou-se proeminente em relação ao Legislativo, restando aos vereadores o encaminhamento de demandas paroquiais e clientelistas. Não obstante, em regiões metropolitanas, como é o caso de São Gonçalo/RJ, o alcance que detinham sobre serviços como transporte, água

[14] No que se refere à eleição para a presidência da CMSG, não consta na ata, o número de votos para Gildo Araújo ou mesmo se alguém foi contrário a sua eleição. No entanto, os dias 31 de agosto e 19 de setembro de 1977, o vereador Arismar Dias afirmou que o prefeito era contra o nome de Gildo Araújo para presidente da CMSG e que bancada do MDB também teria sido contra a eleição de Gildo Araújo para o cargo. Cf. SÃO GONÇALO, Ata, 1977. Quanto à relação do vereador com o eleitorado evangélico chegou a ser objeto de matéria jornalística claramente desfavorável a Araújo. Cf. PASTOR de Deus ou do diabo? **A Gazeta do Povo.** Niterói, RJ, 23 fev. 1981, p. 04. Já a sua instabilidade política, isto é, o fato de ora atacar, ora apoiar as lideranças políticas locais foi noticiada em: POLÍTICA – São Gonçalo. **A Gazeta do Povo.** Niterói, RJ. 23 fev. 1981, p. 6.

ou mesmo energia elétrica, também foi reduzido seriamente. (SOMARRIBA; AFONSO, 1987, p. 295-296)

Nesse sentido, uma análise da produção legislativa dos vereadores gonçalenses acaba comprovando essa tese, pois em sua maioria, as proposições dos vereadores versavam sobre temas não relacionados ao ato de legislar propriamente dito.

Tabela 4

Proposições apresentadas pelos vereadores gonçalenses - 1977-1982

Ano	Melhoria urbana(1)	Moções e títulos de cidadania(2)	Outros(3)	Total
1977	284	203	69	556
1978	53	145	89	287
1979	68	333	63	464
1980	372	266	91	725
1981	71	334	56	461
1982	38	216	19	273
Total	888	1448	385	2721

Nota. Fonte dos dados brutos: Arquivo da Câmara Municipal de são Gonçalo

Nota. (1) Asfaltamento, limpeza de ruas, iluminação, construção de praças.

Nota. (2) Títulos de cidadão gonçalense, moções de pesar, de felicitações, de aplauso, de louvor.

Nota. (3) Mudança de nome de rua, solicitação de documentos, dispensa por atestado, pedido de suspensão de sessões legislação, declaração de entidades de utilidade pública.

Conforme podemos observar na tabela 4, mesmo sob a rubrica de "Outros", a produção legislativa, para fazer jus ao nome do referido poder, representou apenas 14,1% do que foi produzido pelos vereadores, o que se evidencia como uma porcentagem pequena frente aos 32,7% relacionados a melhorias urbanas, e aos 53,2% referentes a moções e concessões de cidadania gonçalense. A dinâmica legislativa baseou-se, portanto, na intermediação junto aos órgãos governamentais em nome dos moradores dos diversos bairros do município.

Em análise sobre a atuação parlamentar dos deputados do antigo Estado da Guanabara, Diniz chega a resultados parecidos. No referido estudo, a autora demonstrou que os deputados pautavam sua atuação principalmente no atendimento de demandas de seus redutos eleitorais, conseguindo, com isso, incremento em seus resultados eleitorais. (DINIZ, 1982, p. 119)

A análise de Diniz nos ajuda a entender porque os vereadores gonçalenses faziam tantas indicações de melhorias urbanas, mesmo sabendo que boa parte delas não seria atendida, visto que alguns pedidos eram impraticáveis, outros não eram da alçada do prefeito, a quem a maioria deles era dirigida e, finalmente, porque alguns desses vereadores faziam oposição sistemática ao governo.

De acordo com Teixeira (2004, p. 28), a atuação centrada no atendimento de demandas específicas de determinados redutos eleitorais seria intrínseco à própria atividade legislativa no âmbito municipal. Em suas palavras, isso seria reflexo da burocratização e ineficiência dos serviços prestados pela administração pública, que praticamente obrigam o eleitor a procurar um "intermediário" em suas reivindicações. Segundo o autor, "diante da incapacidade da Administração Pública em dar respostas eficientes aos diversos problemas existentes na cidade, a população recorre ao vereador solicitando-o que intervenha na resolução dos casos existentes".

Estaria então a atuação dos vereadores desvinculada de filiação partidária, cabendo a cada um a busca pela sua sobrevivência eleitoral? Ou a orientação do partido diferenciaria a forma de proceder dessa parlamentar? A resposta encontrada, no caso dos vereadores gonçalenses, é de que não havia uma diferenciação substantiva quanto às proposições apresentadas, pois a única categoria que obteve uma diferenciação mais perceptível foi relacionada a pedidos diversos, em sua maioria nomes de ruas, e procedimentos burocráticos.

Verificando a produção dos vereadores no período de 1977 a 1982, tivemos os seguintes resultados, para MDB e ARENA, respectivamente: a) Melhorias urbanas: 57,1% e 42,9%; b) Moções e títulos de cidadania: 47,5% e 52,5%; c) Outros: 37,9% e 62,1% e d) Total: 49,3% e 50,7%.

O fato de a produção das bancadas terem uma diferença de apenas 1,4% indica que as bancadas agiam de forma parecida, o que explica também a proximidade do percentual de moções e títulos de cidadania, procedimentos que independem de uma boa relação com o Executivo. Tal era o número de moções apresentadas que Araújo, em tom de crítica, afirmou que a CMSG "só serve para aprovar moções e requerimentos e levantar questão de ordem". (SÃO GONÇALO, Ata, 1979)[15]

[15] A questão da apresentação desmedida de moções não é um problema exclusivo da CMSG da época. Em 2007, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) estudava medidas de reduzir o número de moções que, em novembro daquele ano, já ultrapassava a soma de 5300 em um universo de apenas 70 deputados (O Dia. Rio de Janeiro. 17 nov. 2007, p. 25).

Tabela 5
Proposições feitas pelos vereadores do MDB - 1977-1982

Vereadores	Melhoria urbana	Moções e títulos de cidadania	Outros	Total
Adeni Morais Antunes[1]	16	17	11	44
Aristeu Ferreira da Silveira[1]	55	157	06	218
Augusto Lisboa[2]	30	14	20	64
Célio Lessa	9	115	03	127
Gildo Araújo	11	113	10	134
Hilton Couto	02	32	05	39
Nazareno Nocchi[2]	22	08	16	46
Ivanir Cortes	34	43	31	108
Jair Alves	17	13	02	32
Jorge de Carvalho	05	24	05	34
Lauro Cunha	146	47	06	199
Luiz Carlos de Souza	76	33	17	126
Oswaldo Mourão	84	72	14	170
Bancada MDB[3]	507	688	146	1341

Nota. Fonte dos dados brutos: Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo

Nota. (1) O vereador Aristeu Ferreira da Silveira assumiu vaga de Adeni Morais, que passou a integrar, em 1980, o secretariado de Arismar Dias durante sua gestão à frente da PMSG.

Nota. (2) O vereador Nazareno Nocchi deixou a CMSG para assumir a vaga de deputado estadual na ALERJ em 1979, assumindo a vaga, em seu lugar, o vereador Augusto Lisboa.

Nota. (3) Consideramos como pertencendo à bancada emedebista aqueles vereadores eleitos pelo MDB em 1976, independentemente de sua posterior filiação partidária decorrente da abolição do bipartidarismo no país.

A proximidade percentual no número de indicações e requerimentos por melhorias urbanas poderia, contudo, nos levar a um paradoxo, pois como explicar que partido governista e oposicionista esperem ter, na mesma proporção, suas demandas atendidas? A explicação vem do fato de que, enquanto a base governista espera realmente ter uma atenção especial do Executivo, a oposição tem poucas expectativas quanto a suas proposições. Todavia, as fazem da mesma forma, para se justificarem perante suas bases, alegando que fazem o que podem em nome de seus eleitores, jogando a responsabilidade da não realização dos pedidos encaminhados para o Executivo Municipal. (Cf. BEZERRA, 1999, p. 76-79)[16].

[16]Segundo o autor, os deputados federais na legislatura 1994-1998 apresentavam diversas emendas ao orçamento, mesmo sabendo que apenas uma pequena parte delas seria atendida, com o objetivo de utilizá-las futuramente nas justificativas perante os líderes políticos aos quais

Tabela 6
Proposições feitas pelos vereadores da ARENA - 1977-1982

Vereadores	Melhoria urbana	Moções e títulos de cidadania	Outros	Total
Agenor Silva	57	35	16	108
Altino Diaz André[1]	36	22	7	65
Antônio Saraiva Netto	115	57	27	199
Antônio Raposo	84	170	75	329
Arismar Dias	07	38	21	66
Eliezer Correa de Souza	12	66	21	99
Ely Aboud	05	06	18	29
Francisco O. de Freitas	14	71	12	97
Francisco P. de Oliveira	06	06	06	18
Lourival Rangel	38	19	10	67
Oton São Paio	08	270	26	304
Bancada ARENA	381	760	239	1380

Nota. Fonte dos dados brutos: Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo

Nota. (1) 1º suplente da ARENA, com 1619 votos, exerceu o mandato durante o período em que Arismar Dias foi prefeito do município, isto é, de março de 1980 a setembro de 1981.

Nota. (2) Consideramos como pertencendo à bancada emedebista aqueles vereadores eleitos pela ARENA em 1976, independentemente de sua posterior filiação partidária decorrente da abolição do bipartidarismo no país.

Confirmando essa estratégia, alguns vereadores pediam cópia das indicações e requerimentos, para que pudessem demonstrar para seus eleitores que haviam pedido ao Executivo por eles. Exemplo claro disso era a prática adotada pelo vereador Oswaldo Mourão de incluir, em grande parte de seus requerimentos e indicações, o nome de um ou mais moradores da região a quem essas proposições beneficiariam.

A citação do nome de algum morador, embora em nada influenciasse na disposição do Poder Municipal em atender àquela determinada demanda, tinha um valor simbólico frente aos moradores e líderes locais que viam, de forma documentada, a disposição do vereador em agir junto à Prefeitura ou qualquer outro órgão em nome deles (MOURÃO, 1978).[17]

os parlamentares estariam ligados, sob a alegação de que o papel deles – emendas ao orçamento em benefício de dada localidade – teria sido feito. Kuschnir (2001, p. 126-128) também faz observação parecida, desta vez sobre atuação de uma vereadora que enviava ofícios para diversos órgãos apenas para justificar, junto aos eleitores, que o pedido havia sido realizado.

[17] Nesse requerimento, o vereador incluiu o nome de 20 pessoas, moradoras do bairro de Neves. No ano anterior, além de escrever a tradicional justificativa "em nome dos moradores

Outro ponto que desperta a atenção na análise da atuação dos vereadores gonçalenses é a concentração regional de seus requerimentos em busca de melhorias. Aparentemente, a cidade era "dividida" entre eles, com cada vereador atuando em distritos e bairros específicos. Requerimentos ou indicações que extrapolavam os próprios limites territoriais constituíam uma exceção. [18]

Averiguando a atuação a partir do recorte partidário, observamos que o MDB tinha penetração predominantemente nos bairros do 1º, 4º e 5º distritos do Município, ao passo que a ARENA só não tinha atuação expressiva no 5º distrito. Como já afirmamos, a sobrevivência eleitoral dos vereadores tem se dado a partir da intermediação entre a população e os órgãos públicos. Mais do que isso, a solicitação de obras e melhorias de infraestrutura também tem importância no jogo político legislativo.

Em estudo sobre o comportamento eleitoral fluminense no período de 1978 a 2001 para as eleições do legislativo estadual, Sarmento demonstrou que o perfil do voto fluminense, no período estudado, teve um caráter claramente distrital, o qual se acentuou paulatinamente no transcorrer dos anos 1990. Segundo o autor, candidaturas ideológicas tiveram, ao longo do período estudado, dificuldades em se manter como lideranças políticas estáveis, o que o levou a concluir que, mesmo em um sistema de voto proporcional, o eleitor fluminense opta por políticos de perfil distrital (SARMENTO, 2001, p. 95-101)

Não obstante, segundo Teixeira, a questão da regionalização do voto pode ter duas abordagens: uma positiva e outra negativa. O aspecto positivo seria a criação de uma responsabilidade do político frente ao eleitorado, que teria como fiscalizá-lo mais de perto. Já a negativa seria a de que essa relação tem se sustentado através de serviços que deveriam estar disponíveis para todos independentemente da ação do político (TEIXEIRA, 2004, p. 73). Sendo assim, a atuação clientelista atenderia uma demanda do eleitorado que reconheceria nesse tipo de atuação o bom político. Para esse último, operar nessa lógica seria a maneira de sobreviver politicamente.

Logo, o vereador que urbaniza o bairro teria como recompensa o voto do morador, embora nas palavras de um ex-vereador gonçalense, essa relação seria mais de gratidão do que de recompensa propriamente dita. Segundo Lessa, "Eu não vou dizer que é totalmente uma recompensa, mas

locais", este fez questão de citar nominalmente um ou mais moradores em 24 das 48 indicações ou requerimentos relacionados a melhorias urbanas, o que equivale a 50% do total do ano de 1977.

[18] São Gonçalo está dividido atualmente em cinco distritos, somando um total de 90 bairros. O número de bairros e o tamanho de cada distrito variam muito. Em relação à área total, o maior distrito é o 3º, seguido pelo 2º, 1º, 5º e 4º distritos, respectivamente. Já em relação ao número de bairros, segue a ordem numérica: 1º distrito: 30 bairros; 2º distrito: 20 bairros; 3º distrito: 17 bairros; 4º distrito: 13 bairros; 5º distrito: 10 bairros.

uma gratidão que você tem pela pessoa que urbanizou o seu bairro ou então uma gratidão que você tem pelo trabalho que você faz." Ainda segundo o ex-vereador, é mais fácil obter o reconhecimento eleitoral quando se é representante de uma região carente do que quando a mesma se encontra suprida urbanisticamente, visto que nessas últimas, "não haveria mais o que fazer" (LESSA, 2007)

Para que um vereador seja considerado "atuante" pelo seu eleitorado, é preciso que isso se materialize perante seus eleitores, o que pode vir na forma de asfalto ou iluminação para a localidade, aumento salarial para determinada categoria ou obras como a construção de escolas ou postos de saúde. Do contrário, a lógica da negociação entre os eleitores e o político estaria sendo quebrada.

Nesse sentido, é bem didático um requerimento feito pelo vereador Célio Lessa ao seu correligionário Jayme Campos, prefeito da cidade. Após expor as localidades que estariam precisando de uma melhor atenção por parte do prefeito – no caso diversas ruas do bairro do Rocha, região Central da cidade – o vereador apresentou a seguinte justificativa ao prefeito:

> Sr. Prefeito, as ruas e travessa [sic] acima mencionadas que ora vimos reivindicar de S. Exa., os melhoramentos acima mencionados, carece [sic] por demais de nossa colaboração e mui especialmente de V. Exa., atendendo os reclames do povo que ali residem [sic].
> Sr. Prefeito, como é de conhecimento de V. Exa., os moradores do bairro do Rocha, somaram comigo e com V. Exa., nas eleições próximas passadas, comparecendo as úrnas [sic] em massa, então agora estamos no **dever** de levar aqueles [sic] moradores as obras que ali necessitam. (LESSA, 1977, grifo nosso)

O trecho supracitado não deixa dúvida quanto ao senso de dever do político eleito com perfil eleitoral de votação concentrada. Atender às demandas locais é um "dever" que ele tem com os eleitores. Mais que isso, o vereador fez questão de lembrar ao prefeito, de forma clara, o porquê de ele ter que atender a reivindicação. Percebemos também que o vereador, ao transcrever em um documento oficial essa prática clientelista, não entende isso como uma deturpação da política, e sim como uma prática inerente à política tanto no Legislativo quanto no Executivo.

O voto acaba sendo "negociado", "conquistado", através da oferta de serviços que o Estado tem como obrigação oferecer à população – mas não o faz – dando margem a barganhas entre eleitores e políticos. Dessa forma, visualizando seu horizonte mais próximo, a urbanização e o atendimento das necessidades básicas, sinônimos de progresso, tornam-se o "preço" a ser cobrado pelo voto. [19]

[19] Dos 30 requerimentos de Augusto Lisboa, feitos todos no ano de 180, 96, 5% diziam respei-

Logo, a atuação pautada no atendimento de demandas se torna imperiosa não só ao deputado, como também ao vereador, se ele quiser sobreviver eleitoralmente. Como vimos, os vereadores não faziam questão de esconder que eram representantes de regiões específicas do município ou mesmo de grupos específicos. Não enxergavam isso como demérito, mas sim como uma qualidade a ser destacada.

A atuação parlamentar do município não diferia, assim, da observada no antigo Estado da Guanabara nem da atuação dos deputados eleitos para o novo estado do Rio de Janeiro. Mais que isso, conforme observado nas fontes e depoimentos, o clientelismo transformou-se, portanto, numa prática aceita e incentivada pelo eleitor que vê, nessas ações, o "pagamento" do seu voto. Caso o político não agisse dessa maneira, teria que ter uma atuação muito marcante ou ter como clientela um grupo social específico que, não obstante, também esperava dele o atendimento de suas demandas.

Faz sentido, portanto, a reclamação de Agenor Silva pela autoria do pedido de construção de uma passarela no bairro do Laranjal que, segundo ele, estaria sendo reclamada pelo deputado estadual Osmar Leitão (SÃO GONÇALO, Ata, 1977). Tal é a importância da chegada de melhorias aos redutos eleitorais que o vereador Gildo Araújo (MDB), já dissidente do grupo que apoiava Jayme Campos, afirmou:

> [...] não podemos admitir que vereador se vende [sic] por ruas asfaltadas [...]. O senhor Jorge de Carvalho que se diz tão independente, já está de braços dados com o Sr. Prefeito, pelo asfaltamento de uma rua e naquele local, coloca o Prefeito nas alturas. O Senhor Jair Alves, se vendeu a troco de um retrato tirado com o Prefeito. (SÃO GONÇALO, Ata, 1978).

A insatisfação com o prefeito não era decorrente das escolhas ideológicas ou do plano de governo do prefeito. O que incomodava os vereadores era o não atendimento aos seus requerimentos, pois isso os enfraqueceria politicamente. A indiferença do Prefeito Jayme Campos em relação aos pedidos dos vereadores era a questão central do descontentamento demonstrado pelos componentes da CMSG. [20]

to ao 5º distrito, sendo que 28 deles eram para o bairro de Engenho Pequeno. Cf. Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo. Quanto ao vereador Célio Lessa, 80% de seus requerimentos foram para beneficiar o 1º distrito, local que ele mesmo reconheceu, em entrevista, ser seu reduto eleitoral. Cf. LESSA, 2007.

[20]Como exemplo da insatisfação dos vereadores quanto ao não atendimento de suas demandas pelo Executivo municipal, temos a transcrição da fala de Antônio Raposo no jornal *O Fluminense*:: "Nós, sendo oposição ao governo, não temos nenhuma indicação de obras aceitas. Eu mesmo já fiz mais de 200 indicações de obras e melhorias que simplesmente foram desconhecidas pela atual Administração".INDEPENDÊNCIA é o grito da Câmara. Prefeito diz não. **O Fluminense,** Niterói, RJ, 25 fev. 1978. Edição São Gonçalo. p. 3.

Kuschnir afirma que "o êxito do político depende diretamente de sua capacidade de atender a comunidade e de negociar com os órgãos públicos". (2001, p. 145) No entanto, o atendimento aos eleitores muitas vezes transcende a mera intermediação junto aos órgãos públicos. Quando há a impossibilidade do atendimento via estatal, o político pode se valer de outros artifícios, de origem privada, por exemplo, para não "perder" o eleitor.

Auxílio financeiro, orientação jurídica e concessão de bolsas escolares são exemplos de que o clientelismo não orbita apenas a esfera pública, mas atua, sim, na lacuna deixada pelo Estado, o qual, ao não cumprir o seu papel, dá margem a pedidos que, em última instância, beneficiam também a iniciativa privada. Isto pode ser verificado através da justificativa para a seguinte moção de aplausos ao vereador Valdir Teófilo, da Câmara Municipal de Magé, que teria solicitado ao Ministro da Educação a concessão de bolsas de estudos aos vereadores, para que estes a distribuíssem entre a população.

> Justifica-se a presente, tendo em vista, a grande iniciativa do referido edil, pois se atendida a reivindicação, muito benefício trará não só aos Vereadores que mantem [sic] um contato diário com a população, como também aos estudantes carentes de verbas para sustentar seus estudos.
> Considerando que o vereador é quem tem maiores condições de distribuirem [sic] bolsas de estudos por conhecerem muito de perto as necessidades e os anseios do povo, e este atendimento irá valorizar e dignificar a função dos Vereadores, solicito seja enviado [sic] uma cópia para a Câmara Municipal de Magé – RJ. (ALVES, 1979)

Nesse sentido, o agradecimento de Antônio Raposo ao colega Oton São Paio, por este ter colocado bolsas de estudo à disposição dos vereadores (SÃO GONÇALO, Ata, 1979) ou mesmo a moção de aplausos proposta por Luiz Carlos de Souza à diretora do Colégio Independência, pelo mesmo motivo (SOUZA, 1979), apenas demonstram que "tutelar" o acesso aos direitos básicos da população, ao menos na visão dos vereadores gonçalense, era o seu papel.

Considerações Finais

O clientelismo, mais que "estratégia política", é visto pelos políticos como inerente à própria arte da política. Nesse sentido, a atuação clientelista atenderia uma demanda do eleitorado que reconheceria nesse tipo de atuação o bom político. Para esse último, operar nessa lógica seria a maneira de sobreviver politicamente.

Logo, o clientelismo deve ser entendido como uma relação entre políticos e eleitores que visa, sobretudo, a maximização dos ganhos, partindo

de ambas as partes. Da parte do político, ele visa o reconhecimento eleitoral, o apoio político e os votos do eleitor, seja para a reeleição ou mesmo para outro cargo eletivo. Do lado do eleitor, ele espera o atendimento de suas demandas particularistas, entendendo o político como "seu" representante junto aos órgãos públicos e à classe política.

No concernente à Câmara Municipal de São Gonçalo no período de 1977 a 1983, a análise da produção legislativa e da atuação dos vereadores nas tribunas demonstrou que a filiação partidária não se mostrou preponderante no que se refere à atuação dos vereadores, visto que a análise das proposições demonstrou não haver diferenças significativas entre bancadas distintas. Dessa forma, a atuação voltada a questões particularistas de seu eleitorado se apresentou como a principal estratégia política do legislativo gonçalense. A possibilidade de atender a sua clientela era o que os instigava a tomar posição e o êxito político era o objetivo almejado pelos vereadores.

Não obstante, devido ao não atendimento de suas demandas por parte do prefeito e ao tumultuado processo de cassação e de retorno ao cargo do prefeito Jayme Campos, bem como às acusações de corrupção que perpassaram a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, somadas à reconfiguração partidária promovida pelo regime militar, foi grande a renovação no Legislativo gonçalense. Assim, apenas cinco vereadores entre treze que tentaram a reeleição conseguiram se reeleger[21], demonstrando, portanto, a insatisfação da população com a atuação de seus representantes.

A regionalização quase que paroquial do voto não é um elemento que cause danos, por si só, ao processo eleitoral. O problema reside no fato dos candidatos reduzirem sua atuação, *apenas* a esse tipo de relação. Dessa forma, quando se constata que alguns vereadores concentram quase a totalidade de seus requerimentos para uma ou duas regiões específicas do município, não se pode dizer que a responsabilidade seja desse vereador, mas da própria prática política vigente.

A existência de um meio-termo entre a atuação localista ou classista e a de caráter universalizante se faz necessária para que evitemos a existência de políticos que governam para uma minoria em detrimento de uma maioria que estaria sendo punida por ter votado no candidato errado, ou seja, o não-eleito. Uma vez eleito, o representante deve governar para a população e não apenas para seus eleitores.

[21] Obtiveram um novo mandato nas eleições de 1982 os seguintes vereadores: Antônio Raposo, Ely Aboud, Hilton Couto, Oton São Paio e Célio Lessa, que, por sinal, se reelegeu sucessivas vezes para o mandato de vereador na Câmara Municipal de São Gonçalo.

Referências

Fontes

ALVES, Jair. **Moção de Aplausos s/nº.** CMSG. São Gonçalo. 07 nov. 1979.

DIAS, Arismar. **Entrevista concedida ao autor.** São Gonçalo, RJ, 11 dez. 2007.

LESSA, Célio Magalhães. **Requerimento 84/77.** Câmara Municipal de São Gonçalo, São Gonçalo, 18 abr. 1977.

LESSA, Célio Magalhães. **Entrevista concedida ao autor**. São Gonçalo, RJ, 04 dez. 2007.

MENOS moções na Assembleia. **O Dia.** Rio de Janeiro. 17 nov. 2007, p. 25.

MOURÃO, Oswaldo. **Requerimento 145/78.** Câmara Municipal de São Gonçalo, São Gonçalo. 20 set. 1978.

PASTOR de Deus ou do diabo? **A Gazeta do Povo.** Niterói, RJ, 23 fev. 1981.

POLÍTICA – São Gonçalo. **A Gazeta do Povo.** Niterói, RJ. 23 fev. 1981.

SÃO GONÇALO (RJ). Câmara Municipal. **Atas das sessões ordinárias e extraordinárias.** São Gonçalo, RJ. 1977.

SÃO GONÇALO (RJ). **Atas das sessões ordinárias e extraordinárias.** São Gonçalo, RJ. 1978.

SÃO GONÇALO (RJ). **Atas das sessões ordinárias e extraordinárias.** São Gonçalo, RJ. 1979.

SÃO GONÇALO (RJ). **Atas das sessões ordinárias e extraordinárias.** São Gonçalo, RJ. 1980.

SÃO GONÇALO (RJ). **Atas das sessões ordinárias e extraordinárias.** São Gonçalo, RJ. 1981.

SÃO GONÇALO (RJ). **Atas das sessões ordinárias e extraordinárias.** São Gonçalo, RJ. 1982.

SOUZA, Luiz. Carlos Gomes de. **Moção de aplausos s/nº.** Câmara Municipal de São Gonçalo. São Gonçalo. 22 mar. 1979.

Bibliografia

ALMEIDA, Gelsom Rozentino **História de uma década quase perdida:** *1979-1989*. Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado em História Social). Niterói, 2000.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das "bases":** política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados.** Rio de Janeiro, vol.40, n.2., 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases:** geografia política e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política:** patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos Brasileiros; v. 59).

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, nº. 15, nov, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. **Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro:** Clientelismo ou o caso das bicas d'água no Mendanha. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2007.

NICOLAU, Jairo. Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados:** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, nº. 2, 2002.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados:** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, nº. 4, 2004, p. 702.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Entre a fragmentação e a estabilidade: eleições e padrões de representação política no legislativo estadual fluminense. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (coords.). **Um estado em questão:** os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SILVA, Salvador Mata e. **Bibliografia de autores gonçalenses.** Niterói, RJ: Gráfica Eletrônica Ltda. 1987.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. **"Sábado é dia de Inauguração":** política e clientelismo em São Gonçalo (1977-1983). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2008.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. **Gonçalenses adotivos.** Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In: FLEISCHER, David Verge (org.). **Da distensão à abertura:** as eleições de 1982. Brasília: UnB, 1988.

SOMARRIBA, Maria das Mercês; AFONSO, Maria Rezende. Poder Legislativo Municipal e Movimentos Populares: participação e clientelismo em Belo Horizonte. **Ciências Sociais Hoje.** Vértice/ANPOCS, 1987.

TEIXEIRA, Marco Antônio. C. Negociação política e as formas de interação Executivo Legislativo no Brasil no período de 1983 a 1992. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania.** v. 9. n. 40. Julho 2004.

Artigo recebido em 27/04/2012, aceito para publicação em 29/06/2012 e publicado em 20/12/2012.